

O DESIGN INSTRUCIONAL E O DESIGN EDUCACIONAL SOB A ÓTICA DE UMA EDUCAÇÃO PROGRESSISTA

INSTRUCTIONAL DESIGN AND EDUCATIONAL DESIGN FROM THE PERSPECTIVE OF A PROGRESSIVE EDUCATION

Saulo Carmo de Andrade

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) – Brasil
E-mail: andradesaulo90@gmail.com

Maria de Fátima Luz Santos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) – Brasil
E-mail: mfluz2011@gmail.com

RESUMO

O design instrucional surge como um campo do conhecimento que se encarrega de trazer critérios e planejamento para área da educação. O presente artigo tem o objetivo de analisar as expressões “design instrucional” e “design educacional”, que comumente aparecem como sinônimas, do ponto de vista semântico, histórico e ideológico, numa perspectiva que parte de uma educação de viés progressista. Este trabalho visa ainda apresentar os aspectos do design educacional que são compatíveis com uma visão crítica da educação. Para o desenvolvimento desse artigo, recorreu-se à pesquisa bibliográfica, a partir de autores que tratam do design instrucional, do design educacional e da utilização das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) no campo da educação, bem como a autores que discorrem sobre a concepção progressista da educação. Ficou evidente, então, o quanto a expressão “design instrucional” pode ser considerada inadequada para o cenário da atual educação brasileira por carregar consigo aspectos de ordem semântica, histórica e ideológica incompatíveis com uma educação emancipadora que considere os condicionantes históricos e sociais em sua práxis.

PALAVRAS-CHAVE: Design instrucional. Design educacional. Educação progressista.

ABSTRACT

The instructional design emerges as a knowledge field that puts itself in charge of bearing criteria and planning to the educational field. This paper aims to analyze the expressions “instructional design” and “educational design”, commonly emerge as synonyms, under the semantical, historical and ideological gaze, in a perspective that arises from a progressive educational bias. This research yet aims to present the educational design aspects there are compatible with a critical vision of education. In order to develop this paper, was resorted to bibliographical research regarding authors that apply the instructional design, the educational design and the use of digital information and communication technologies (DICT) in the educational field, as well as authors that discourse about the progressive conception of education. Therefore, it became evident, how much the expression “instructional design” proves itself as inadequate in the current Brazilian educational scenario for carrying with it

aspects of semantical, historical and ideological order incompatibles with a emancipatory education that considers the historical and social conditioners in its praxis.

KEYWORDS: Instructional design. Educational design. Progressive education

INTRODUÇÃO

A utilização das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) no campo da educação tem crescido de maneira significativa com o passar dos anos. Cada vez mais, estudantes, professores e instituições de ensino acompanham o ritmo da sociedade como um todo no que diz respeito à inserção das novas tecnologias no cotidiano. É nítido o quanto a modalidade de educação a distância, que depende incondicionalmente das tecnologias digitais, tem ganhado espaço no ensino formal, mas também, o ensino presencial tem se enriquecido de tecnologias e aumentado o seu repertório didático a partir de novos instrumentos, recursos e metodologias mediados pelas TDIC. Tal cenário apenas evidencia a relação dialética entre educação e sociedade, de maneira que ambas se influenciam mutuamente.

Essa relação não é novidade, ela se estabeleceu, de maneira mais ostensiva e evidente, com o advento do capitalismo industrial, quando surge a necessidade de educação das massas devido às demandas provenientes da produção da indústria e ao novo modelo da sociedade moderna, fundado no direito positivo e na vida urbana. Tem-se a partir disso uma formatação de sociedade que interfere ainda mais na educação, que passa a interferir de volta na sociedade e assim por diante. Por isso é possível constatar que no que se refere à inserção das tecnologias nos processos educativos, este é um fenômeno social e histórico que se dá em paralelo ao desenvolvimento das tecnologias nos demais processos sociais. Com isso, infere-se que as tecnologias digitais tendem, por vezes, a adentrar ao âmbito da educação de maneira fluida e também espontânea, relegando ao segundo plano critérios, planejamento e intencionalidades. Justamente por esse motivo, não é rara a promoção de congressos, palestras, cursos e demais eventos que têm como assunto principal a formação e o aperfeiçoamento de profissionais da educação para lidar com essas tecnologias. A literatura também tem oferecido uma inúmera quantidade de materiais com a mesma proposta.

Nesse sentido, o Design Instrucional é um dos ramos que se encarregam de tratar sobre a utilização das tecnologias digitais na área da educação. Apesar de ser um campo do conhecimento relativamente novo e não tão comum na pedagogia, tem ganhado relevância no que tange ao desenvolvimento de cursos, atividades, ambientes virtuais e recursos didáticos. O referido campo também é conhecido como Design Educacional, no entanto, a partir dessa aproximação pode-se levantar os seguintes questionamentos: as duas expressões podem, de fato, ser consideradas sinônimas, ainda que contendo palavras de significados distintos? Levando em consideração o compromisso político de uma educação progressista, existe um termo que seja mais adequado do que o outro? Existe relevância nesse debate? Essas são questões sobre as quais o presente artigo discorre, não a fim de trazer respostas definitivas, mas de elucidar elementos pertinentes a essa questão. Como resultado dessa pesquisa sobre design educacional, busca-se os aportes gerados dessas análises comparativas, para o campo metodológico no que concerne ao delineamento de uma educação emancipatória.

DESIGN INSTRUCIONAL E DESIGN EDUCACIONAL: UMA QUESTÃO SEMÂNTICA, HISTÓRICA E IDEOLÓGICA

Considerando as duas expressões objetos desses questionamentos, faz-se necessário, de início, discorrer sobre a palavra *design*, “projeto” em inglês, não tão comum na área de educação, que tipicamente opta pela utilização das palavras “planejamento” ou até mesmo “projeto” em português para designar as etapas anteriores à execução das atividades educacionais. “*Design*” é oriunda do verbo em latim *designare*, que significa tração, apontar, mostrar uma direção. Filatro (2014, p. 3) vai além ao afirmar que “design é o resultado de um processo ou atividade (um produto), em termos de forma e funcionalidade, com propósitos e intenções claramente definidos”. Diante dessa discussão, conseguimos afirmar que todas essas menções a respeito do *Design* são pertinentes tanto para o Design Instrucional quanto para o Design Educacional. No mais, com base nas definições de alguns autores que se debruçam sobre o tema, continuaremos a tratar das aproximações entre ambas as terminologias, bem como sobre os elementos que contribuem para que estas sejam, em alguns momentos, consideradas sinônimas. Filatro (2008, p. 3), que invariavelmente utiliza em suas obras a expressão “Design Instrucional”, conceitua-a da seguinte maneira:

A ação intencional e sistemática de ensino que envolve o planejamento, o desenvolvimento e a aplicação de métodos, técnicas, atividades, materiais, eventos e produtos educacionais em situações didáticas específicas, a fim de promover, a partir de princípios de aprendizagem e instrução conhecidos, a aprendizagem humana. Em outras palavras, definimos design instrucional como o processo (conjunto de atividades) de identificar um problema (uma necessidade) de aprendizagem e desenhar, implementar e avaliar uma solução para esse problema.

Mattar, que opta pela utilização do termo “design educacional”, define-o como sendo a atividade que:

Inclui o planejamento, a elaboração e o desenvolvimento de projetos pedagógicos, materiais educacionais, ambientes colaborativos, atividades interativas e modelos de avaliação para o processo de ensino e aprendizagem. [...] Envolve, portanto, conhecimentos que todos que trabalham em educação devem ter, desde os professores até os coordenadores e gestores. (MATTAR, 2014, p. 19)

Nesse sentido, tendo em vista as duas citações dispostas acima, percebe-se significativas aproximações entre as definições, ainda que cada autor discorra de sua própria maneira. Fica evidente o campo de atuação de ambas as atividades, uma vez que tratar de projetos para a área de educação pode englobar aspectos excessivamente amplos, que iriam desde políticas públicas educacionais a serem aplicadas pelos governantes, ou até mesmo situações

pertinentes à merenda escolar e reformas prediais de escolas, todavia é preciso dizer que não são desses projetos que o Design Instrucional e o Educacional se encarregam primordialmente, mas sim de elementos da prática pedagógica relativos ao ensino e aprendizagem.

Outro aspecto relevante de aproximação entre os dois designs apresentados é a utilização ostensiva das tecnologias digitais em suas atividades. Sobre esse tema, Filatro (2008, p. 9) afirma:

No Brasil, o campo do design instrucional foi redescoberto a partir da necessidade de incorporar tecnologias de informação e comunicação às ações educacionais. Isso porque, no aprendizado eletrônico, a qualidade das ações educacionais, em geral, não é assegurada pela pessoa que tradicionalmente é responsável por essa tarefa no ensino convencional: o educador.

Na obra intitulada como *Design Educacional: educação a distância na prática* (2014), de Mattar, esse aspecto também se evidencia quando o autor traz assuntos como: *design de games*, ambientes virtuais de aprendizagem, *web 2.0*, redes sociais, mundos virtuais 3D, princípio de aprendizagem multimídia e tantos outros ligados à área de tecnologia. Em suma, as convergências entre o Design Instrucional e o Design Educacional apontam para a utilização das tecnologias digitais da informação e comunicação em todas as etapas dos processos de ensino e aprendizagem de maneira planejada.

Trata-se neste segundo momento sobre os distanciamentos entre o Design Instrucional e o Design Educacional, e sobre como esses distanciamentos podem apontar para diferentes concepções de educação e, conseqüentemente, diferentes compromissos políticos. Mais especificamente sobre a semântica das palavras, em dicionários da língua portuguesa encontramos que o significado de “educacional” diz respeito aquilo que está relacionado à educação, como a ação de educar e de ensinar alguém a aperfeiçoar as suas capacidades intelectuais. Sabemos ainda que “educacional” está ligado a sistemas governamentais para a educação formal, nas esferas federais, estaduais e municipais.

No mesmo sentido, é comum falar da política educacional, que pode ser vista como a maneira com a qual o Poder Público lida com a educação estatal, juntamente a todas as medidas que são tomadas nesta esfera. Ouve-se também falar em avaliação educacional, que pode trazer um diagnóstico com diversos indicadores que identifiquem possíveis carências as quais precisem ser observadas pelas autoridades competentes, seja este um coordenador pedagógico, seja o ministro da educação. Isto mostra que a palavra “educacional” é bem abrangente e pode ser utilizada em diversas situações.

Quanto à semântica do termo “instrucional”, este traz significados que, por vezes, podem se aproximar daquilo que se refere ao “educacional”, pois este diz respeito à instrução e ao ensino, contudo, em outras situações, podemos observar diferenças significativas entre as duas palavras, uma vez que este pode se referir ao modo como proceder em determinado processo, a exemplo de uma receita gastronômica ou manual de instruções.

Na língua portuguesa falada no Brasil, o instrutor é aquele que transmite informações sobre algo específico que deve ser aprendido e seguido passo a passo, como um instrutor de autoescola ou de academia. No geral, esses profissionais dominam procedimentos de determinadas áreas limitadas que são mais ligados à prática do que a alguma área do conhecimento científico, diferentemente do professor ou educador, que atua com processos relacionados à teoria e à prática voltados aos conteúdos historicamente desenvolvidos pela humanidade e busca contemplar fatores cognitivos, intelectuais, psicológicos, sociais e morais. Sobre essa divergência semântica, Mattar (2014, pp. 22-23) salienta que:

[...] quando tomadas em um sentido amplo, ainda assim carregam diferenças importantes de significado. Enquanto a noção de instrução corresponde basicamente ao ensino, no sentido de transmissão de informações, o conceito de educação engloba o processo completo de ensino e aprendizagem. A instrução envolve a ideia de treinamento para aplicação de conhecimento, como por exemplo ensinar alguém a usar uma ferramenta, enquanto a educação está associada a uma ideia de aprendizagem mais ampla, que implique o desenvolvimento de aspectos diversos do ser humano.

Desse modo, em diversas aplicações “educação” e “instrução”, juntamente a seus termos derivados distinguem-se bastante. Em situações do cotidiano essa distinção é nítida, visto que não seria nada comum chamar um professor da educação formal de instrutor, ao passo que o chamar de educador não causaria nenhum estranhamento. Pode-se argumentar que essa é uma questão menor e de pouca relevância, entretanto, por mais que seja correto afirmar que a prática e as ações desenvolvidas são mais importantes do que as palavras em si, estas por si só carregam consigo muito mais do que apenas seu significado expresso no dicionário, conforme salienta Nosella (2007, p. 137): “A linguagem (e até mesmo a gramática) é uma expressão histórica que nasce do processo cotidiano de comunicação com toda a sociedade, e por isso revela intencionalidades e interesses práticos, políticos ou ideológicos”.

No entanto, não é somente o aspecto semântico que sugere a escolha do termo “Design Educacional” para uma concepção de educação progressista e transformadora, para isso é necessário focar também nos aspectos histórico e ideológico que a palavra “instrução” carrega consigo. Voltando-se para a história da educação brasileira, a palavra “instrução” remete primeiramente à educação do império brasileiro, período no qual se iniciaram os debates acerca de um sistema nacional de ensino. A preocupação da época, entretanto, distanciava-se de ser a formação humana para o exercício da cidadania ou que permitisse às classes subalternas galgarem alguma ascensão social nem tampouco almejava alguma transformação da sociedade no que tange às enormes desigualdades do referido período.

Saviani (2019, p. 159) relata que o debate sobre a instrução pública a ser oferecida pelo império brasileiro discutia acerca do “problema da substituição da mão de obra escrava pelo trabalho livre, atribuindo-se à educação a tarefa de formar o novo tipo de trabalhador para assegurar que a passagem se desse de forma gradual e segura”. Desta forma, continua o autor, “evitando-se eventuais prejuízos aos proprietários de terras e de escravos que dominavam a economia do país”. As ideias que fundamentavam estes debates não chegaram a ser aplicadas na prática,

porém observamos como a instrução pública pretendia ser um modelo de educação excludente e a favor de privilégios de classe.

Ainda sobre questões históricas da educação brasileira, a ideia de instrução está presente na concepção pedagógica tecnicista, que foi preponderante durante o regime militar brasileiro e se baseia na objetividade científica, na racionalidade, na eficiência, na produtividade e no behaviorismo. A pedagogia tecnicista procura adotar procedimentos racionais e objetivos de maneira que suplante quaisquer interferências subjetivas dos atores envolvidos. Sobre esta concepção pedagógica, Saviani (2019, p. 383) destaca que:

A essa teoria pedagógica correspondeu uma reorganização das escolas que passaram por um crescente processo de burocratização. Acreditava-se que o processo se racionalizava à medida que se agisse planificadamente. Para tanto, era mister baixar instruções minuciosas sobre como proceder com vistas a que os diferentes agentes cumprissem cada qual as tarefas específicas cometidas a cada um no amplo espectro em que se fragmentou o ato pedagógico.

Estas ideias expressam bem uma pedagogia que prescindia da reflexão e da criticidade fundamental para a formação do sujeito atuante na sociedade como agente transformador da realidade social. Sob o ponto de vista didático, a concepção pedagógica de viés tecnicista despreza o diálogo e coloca o professor como o detentor do conhecimento e como elo entre a verdade científica e o aluno. Com efeito, aproxima-se bastante do que Paulo Freire intitula como educação bancária, que se constitui em “narração de conteúdos que, por isto mesmo, tendem a petrificar-se ou a fazer-se algo quase morto, sejam valores ou dimensões concretas da realidade” (FREIRE, 2011, p. 79).

O próprio Design Instrucional, como campo de conhecimento, tem em seu histórico relações com um modelo de educação de viés tecnicista e produtivista. A atividade em questão é oriunda da Segunda Guerra Mundial, quando as forças armadas estadunidenses precisavam treinar seus militares para o manuseio de armas e equipamentos bélicos numa rapidez acima da média. Para isso todo processo de ensino deveria ser meticulosamente planejado e controlado enquanto os alunos – neste caso, os soldados – recebiam as instruções apropriadas. Filatro (2008, p. 8) ainda ressalta a inspiração do design instrucional nas ideias behavioristas, tão comuns na educação durante o século XX:

Os anos 1950 se caracterizaram pela formulação de robustos modelos teóricos de ensino/aprendizagem. A publicação, em 1954, da obra de Burrhis Frederic Skinner, intitulada *The science of learning and the art of teaching*, é considerada por muitos o ponto de partida do design instrucional moderno, dada a descrição da instrução programada e sua ênfase na formulação de objetivos comportamentais, na divisão do conteúdo instrucional em pequenas unidades e no sistema de recompensas frequentes e de curto prazo a respostas corretas. Em 1956, Benjamim Bloom, outro teórico de peso, lançou a taxonomia dos objetivos educacionais, que se provou extremamente útil na especificação e

na análise de resultados de aprendizagem, bem como no design instrucional para alcançá-los.

Portanto, há uma série de razões para desconsiderar o design instrucional e o design educacional como sinônimos. Por mais que as ações inerentes a ambos sejam em alguma medida congruentes e tanto um como o outro possuam princípios semelhantes, não são desprezíveis os fatores que os distanciam. Mattar (2014, p. 23) utiliza o primeiro capítulo de sua obra, já mencionada neste trabalho, para discorrer sobre o seu entendimento a respeito do assunto:

Além disso, instrução carrega consigo sentidos que não estão mais adequados ao cenário educacional contemporâneo, e que, por isso, temos procurado superar. “Instrucional” nos remete a concepções de aprendizagem unidirecionais (do professor para o aluno), passivas, tecnicistas, comportamentais e behavioristas. Traz à memória imagens de manuais e exercícios de instrução. As origens do design instrucional remontam aos programas de treinamento militar na segunda guerra mundial e, posteriormente, à reação dos americanos ao lançamento do Sputnik pelos russos, em 1957, tendo seu desenvolvimento sido marcado pelo movimento de instrução programada, influenciado pela ideia de Skinner. Nessa época, é bom lembrar, os alunos não tinham a Internet repleta de informações à sua disposição. A expressão “design educacional” parece, nesse sentido, mais adequada neste novo cenário, carregando consigo as ideias de diálogo e construção.

Ademais, Mattar não é o único a defender a utilização do termo Design Educacional, em detrimento do Design Instrucional, com base numa proposta de educação menos rígida e engessada. Pereira (2011, p. 46-47) também levanta a mesma bandeira:

[...] o verbo instruir, do qual o termo instrucional deriva, ainda carrega consigo o ranço de ser considerado uma mera transmissão de conhecimento. O vocábulo educacional, por sua vez, é bem mais abrangente e carece de menos justificativas, por seu uso já consagrado, minimizando interpretações equivocadas.

Ainda que o Design Instrucional consista numa série de ações que, por vezes, contribuem para a melhor efetividade dos processos educativos, sobretudo de ensino e aprendizagem, e que este não se trata de uma categoria fechada e oposta ao Design Educacional, falar em instrução para uma educação integral, emancipadora e que contemple os interesses da classe trabalhadora pode ser um contrassenso semântico, ideológico e histórico devido às razões expostas até aqui. Também é necessário evidenciar que os autores que utilizam expressão “Design Instrucional” em suas obras não necessariamente validam ou corroboram com os aspectos negativos que ela apresenta.

Não obstante ao que fora relatado até então, é comum a utilização do termo “Design Instrucional” para se referir às práticas afins do planejamento e a projetos conservadores em educação por parte de empresas e instituições de ensino de bases tecnicistas. Também existem cursos online de Design Instrucional e profissionais que atuam na área que costumam se denominar como designers instrucionais. O termo original, proveniente da língua inglesa, *Instructional Design*, também reforça a predominância da utilização do “instrucional” (em português), uma vez que os materiais traduzidos para o português podem utilizar uma tradução literal para se fazerem entender.

Em termos de referência profissional, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) reconheceu em 2008 o Designer Educacional na família de programadores avaliadores e orientadores de ensino, juntamente a coordenadores pedagógicos, a orientadores educacionais, a pedagogos, a professores de técnicas e recursos audiovisuais, a psicopedagogos e a supervisores de ensino. Na referida classificação, o Designer Educacional aparece como o nome principal da ocupação, enquanto o Designer Instrucional aparece como sinônimo, e na sua descrição está o seguinte:

Implementam, avaliam, coordenam e planejam o desenvolvimento de projetos pedagógicos/instrucionais nas modalidades de ensino presencial e/ou a distância; participam da elaboração, implementação e coordenação de projetos de recuperação de aprendizagem, aplicando metodologias e técnicas para facilitar o processo de ensino e aprendizagem. Atuam em cursos acadêmicos e/ou corporativos em todos os níveis de ensino para atender as necessidades dos alunos, acompanhando e avaliando os processos educacionais. Viabilizam o trabalho coletivo, criando e organizando mecanismos de participação em programas e projetos educacionais, facilitando o processo comunicativo entre a comunidade escolar e as associações a ela vinculadas. Atuam no contexto clínico, avaliando as funções cognitivas, motoras e de interação social dos clientes e promovendo a reabilitação das funções prejudicadas dos mesmos. (BRASIL, 2020)

Como vimos na citação anterior, apesar da grande e comum utilização do termo “Design Instrucional” no meio profissional e acadêmico, a utilização do “Design Educacional” não foge a critérios técnicos de conceitos ou aplicação prática nem se trata de uma maneira meramente subversiva de tratar do assunto em pauta.

O DESIGN EDUCACIONAL PARA UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA

Assim como as demais áreas profissionais que trabalham com o *design*, seja o design gráfico, seja o design de interiores, o design educacional parte de determinados contextos para a execução do seu trabalho, isto é, não pode ser uma atividade alienada da realidade em que se está presente, pois, tratando-se de educação, também existem diversos cenários pedagógicos possíveis, com distintas demandas pedagógicas e problemas dos mais variados níveis, para os quais os profissionais da educação carecem de ações e soluções diferenciadas. Por isso o Design Educacional não se apresenta como um conjunto de técnicas e ações pré-determinadas a serem aplicadas em cursos ou em instituições de ensino, como se todos os contextos fossem

idênticos, mas, por outro lado, visa atender a cada situação da melhor maneira possível de acordo com suas especificidades.

Partindo de um exemplo hipotético, uma empresa tem a necessidade de treinar seus funcionários para a utilização de determinado *software* de registro de vendas e para isso pretende utilizar um ambiente virtual de aprendizagem como plataforma de ensino. Neste caso, é possível considerar que esta empresa possui um público alvo próprio (funcionários), objetivos de aprendizagem específicos (treinar para a utilização de um software) e um recurso pedagógico conhecido (ambiente virtual de aprendizagem). Tudo isso pode ser, a princípio, bem delimitado pelo Design Educacional, no entanto, é óbvio que outras demandas podem surgir a partir da primeira, porém temos um cenário bem conhecido. Em outro exemplo hipotético, uma instituição pública de Ensino Médio com centenas de estudantes de diferentes classes sociais e dezenas de professores de diferentes formações e adeptos a diferentes concepções pedagógicas, das mais tradicionais às mais progressistas, possui o intuito de aprimorar suas práticas pedagógicas com o auxílio das novas tecnologias da informação e comunicação. Nesse segundo exemplo, o cenário é bem mais complexo do que no primeiro, uma vez que as necessidades e as ações a serem implementadas nesta instituição não se apresentam de forma tão transparente logo na primeira análise, o que demandaria um estudo muito mais minucioso por parte dos profissionais responsáveis pelo Design Educacional.

Conclui-se, portanto, que há variáveis que interferem decisivamente no Design Educacional, desde sua etapa de planejamento a sua execução. É fundamental a análise das necessidades de aprendizagem, a partir do diagnóstico do estágio atual dos educandos, partindo para o estágio desejado; a análise do ambiente físico de aprendizagem, considerando os equipamentos e estruturas que possam facilitar ou dificultar a consecução dos objetivos propostos; a análise do recursos e materiais pedagógicos disponíveis - ou não - a serem utilizados e a análise referente à questões burocráticas de regulamentos, estatutos e legislações que envolvem as instituições de ensino e os sistemas de ensino aos quais elas estão submetidas.

Considerar e analisar o perfil do público alvo são, possivelmente, os aspectos mais elementares desta atividade. Nesse sentido, Matar (2014, p. 57) salienta que “se não partirmos do nosso público-alvo, corremos o risco de planejar e desenvolver um ensino que não é apropriado para ninguém” e continua que, “se partirmos de como imaginamos que os aprendizes são, corremos risco de planejar e desenvolver um ensino para uma audiência que não existe”. Essa análise visa o atendimento mais propício às necessidades pedagógicas de cada educando - ou grupo deles - e permite uma ação mais diretiva do Design Educacional.

Essa característica é, além de algo imprescindível do Design Educacional, também consoante com a concepção pedagógica progressista, que parte do princípio da educação como fenômeno político, isto é, advoga que o ato de educar não se resume ao mero exercício de adaptação à sociedade, mas, sobretudo, de formação de intelectuais da classe trabalhadora que interfiram politicamente no meio social no qual estão inseridos para o transformar. Libâneo (2014, p. 73) assinala que a pedagogia progressista “parte da análise crítica das realidades sociais, sustenta as finalidades sociopolíticas da escola na direção dos interesses emancipatórios das camadas populares”. Além disso, Saviani (2013, p. 80) corrobora com a ideia, afirmando que esta consiste numa “proposta pedagógica cujo ponto de referência, cujo

compromisso, seja a transformação da sociedade e não sua manutenção, a sua perpetuação”.

Logo, tanto a concepção progressista da educação quanto o design educacional visam a formação de um educando crítico e reflexivo, que busca não somente o aprendizado de conteúdos, mas também realizar uma leitura do mundo a fim de o transformar.

CONCLUSÃO

Pelos estudos e citações dos autores citados neste artigo para as discussões sobre o design instrucional e o design educacional, conclui-se que algumas considerações foram evidenciadas, a saber: são conceitos carregados com ideologias e condicionantes sociais, filosóficos e econômicos; são termos pertencentes a categorias epistemológicas diferentes; são termos que se referem a modelos pedagógicos distintos e são termos que atendem a demandas sociais e educacionais de épocas distintas.

Portanto, a questão não é a escolha do certo em detrimento do errado ou exaltar um conceito ao passo que execra o outro, mas sim fazer a opção mais adequada e coerente com a concepção de educação e compromisso político de cada educador. As razões pelas quais este trabalho defende o uso do termo Design Educacional são mais pertinentes a fatores externos ao conceito propriamente dito. Logo, para a utilização responsável e efetiva das tecnologias digitais na educação não basta apenas a superação da espontaneidade e a busca pela competência técnica, mas também manter um compromisso ético e político, visando uma educação, de fato, transformadora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego**. CBO – Classificação Brasileira de Ocupações. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/>. Acesso em 05 dez. 2020.

FILATRO, Andrea. **Design Instrucional na prática**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2008. 174 p. ISBN 9788576051886.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. 253 p. ISBN 9788577531646.

LIBÂNEIO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 28ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. 160 p. ISBN 9788515001811.

MATTAR, João. **Design Educacional: educação a distância na prática**. 1ªEd. São Paulo: Artesanato Educacional, 2014. 190 p. 9788564803022.

NOSELLA, Paolo. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. **Revista Brasileira de Educação**. São Carlos, SP, v. 12, n. 34, p. 137-151, jan/abr. 2007.

PEREIRA, Otacília da Paz. **O design educacional e as competências profissionais: influência na seleção de recursos midiáticos**. Dissertação (Mestrado em tecnologias da inteligência e design digital) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

ANDRADE, S. C; SANTOS, M. F. L. O design instrucional e o design educacional sob a ótica de uma educação progressista

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 5ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2019. 470 p. ISBN 9788574964270.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. 137 p. ISBN 9788574963242.